

# **PROJETO DE LEI N.º 5.111, DE 2023**

(Do Sr. Raimundo Costa)

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", bem como a Lei nº12.513, de 26 de outubro de 2011, para instituir condições facilitadas para quitação de débitos antigos relativos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-1289/2019.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL** Art. 137, caput - RICD

### PROJETO DE LEI N°, DE 2023

(Do Sr. Raimundo Costa)

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", bem como a Lei nº12.513, de 26 de outubro de 2011, para instituir condições facilitadas para quitação de débitos antigos relativos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

**Art.** 1º Esta Lei altera as Leis n°s 10.260, de 12 de julho de 2001 e 12.513, de 26 de outubro de 2011, para estabelecer os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, serão observados, entre outros, os princípios:

- I da isonomia;
- II da capacidade contributiva e proporcionalidade;
- III da transparência;
- IV da moralidade;





VI – da eficiência;

VII – da publicidade, resquardadas as informações protegidas por sigilo;

- **Art. 2º** Serão abarcados, para fins de renegociação, todos os contratos que tiverem 05 (cinco) anos ou mais e encontrem-se na etapa de adimplemento. Os contratos deverão ser:
- I vencidos, não pagos há mais de 90 (noventa) dias, e completamente provisionados; ou
- II vencidos, não pagos há mais de 60 (sessenta) dias, e parcialmente provisionados.

Parágrafo único. A transação por adesão implicará a aceitação pelo devedor do Fies das condições estabelecidas em ato do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies).

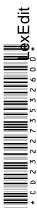
- **Art. 3º** A renegociação sobre a qual dispõe esta lei visa trazer:
- I Para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 90 (noventa) dias até 31 de dezembro de 2023:
- a) com desconto da totalidade dos encargos e de até 15% (quinze por cento) do valor principal, para pagamento à vista; ou
- **b)** mediante parcelamento em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 100% (cem por cento) de juros e multas;
- II Para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de
  120 (cento e vinte) dias em 31 de dezembro de 2023 que estejam inscritos no
  CadÚnico:
- a) desconto de até 99% (noventa e nove por cento) do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor; ou





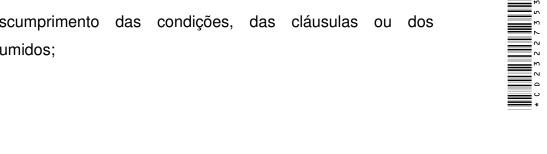
- a) desconto de até 77% (setenta e sete por cento) do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor; ou
- **b)** desconto de até 20% (vinte por cento) do valor consolidado da dívida em caso de pagamentos parcelados em até 24 (vinte e quatro) vezes;
- § 1°. Será permitida a quitação do saldo devedor em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).
- § 2°. Nas negociações, o valor da parcela de entrada mínima será definido por meio de regulamento editado pelo CG-Fies, ficando a seu cargo delimitar os limites de desconto a serem concedidos pelo programa.
- **Art. 4º** A transação de que trata o artigo 3º não se aplica às operações de crédito de mutuários que tenham cometido inaplicação, desvio de finalidade ou fraude em operações de crédito contratadas com recursos do Fies.
- **Art. 5**° Respeitados os limites fixados no artigo 3º, a transação na cobrança de créditos do Fies, celebrada somente por adesão, poderá contemplar os seguintes benefícios:
- I concessão de descontos no principal, nos juros contratuais, nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, observado o impacto líquido positivo na receita;
- II concessão de descontos nos juros contratuais, nas multas, nos juros
  de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados





classificados como inadimplentes, observado o impacto líquido positivo na receita;

- III oferecimento de prazos e de formas de pagamento especiais, incluídos o diferimento e a moratória; e
  - IV oferecimento ou substituição de garantias.
  - § 1° É vedada a transação que:
- I viole os percentuais dispostos anteriormente, nas hipóteses elencadas no artigo 3º;
- II conceda prazo de parcelamento dos créditos superior a 180 (cento e oitenta) meses, exceto se houver cobrança por meio de consignação à renda do devedor do Fies.
- § 2º Na hipótese de transação que envolva pessoa inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadUnico), a condição de beneficiária deverá ser verificada no momento da realização da transação, sendo desconsiderado histórico financeiro durante a realização do curso.
- § 3° Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, os créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação incluem aqueles completamente provisionados pela União em seus demonstrativos contábeis.
- § 4° A proposta de transação aceita não implicará novação dos créditos aos quais se refere.
- Art. 6º Nos casos pendentes de decisão judicial por erro nos valores, as negociações apenas poderão ser realizadas após transito em julgado da ação na qual ocorra a discussão sobre o valor do débito principal.
- Art. 7º São causas da rescisão da transação relativa à cobrança de créditos do Fies:
- I o descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;





- IV a inobservância ao disposto nesta Lei ou em seu regulamento.
- § 1º O devedor do Fies:
- I será notificado da incidência das hipóteses de rescisão da transação;
  e
- II poderá impugnar o ato de rescisão, no prazo de 30 (trinta) dias,
  contado da data do recebimento da notificação.
- § 2º Quando couber, será admitida a regularização do vício que ensejaria a rescisão da transação, no prazo estabelecido no inciso II do § 1º deste artigo, mantida a transação em todos os seus termos.
- § 3º A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo de outras consequências previstas em regulamento.
- § 4º É vedada a formalização de nova transação aos devedores do Fies cuja transação tenha sido rescindida, ainda que relativa a débitos distintos, pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de rescisão.
  - Art. 8º Revoga-se a Lei nº 14.375, de junho de 2022.
  - Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data da publicação.

#### **JUSTIFICATIVA**

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) constitui-se hoje como importante ferramenta de acesso ao ensino superior nacional, alinhando o objetivo de cursar uma faculdade com formas facilitadas para pagamento, gerando oportunidade para estudantes com baixa renda. Em que pese a ideia





do programa seja facilitar os pagamentos aos estudantes, no plano fático é observada uma grande dificuldade de adimplência dos débitos.

Dados de 2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apontam R\$ 11,3 bilhões em parcelas do FIES em aberto, gerando enorme ônus ao erário público e dificuldade aos devedores. Desde 2021, o valor deficitário do fundo praticamente dobrou, passando de R\$ 6,6 bilhões de reais, mostrando uma clara necessidade de aprimoramento do programa, em especial no que diz respeito a renegociação das dívidas em aberto.

Entendendo que os novos contratos do programa são realizados com maiores garantias à União, a proposta direciona-se aos contratos mais antigos, a maioria pertencente aos antigos alunos que se encontram na fase de amortização. Um total de 53,7% dos 1,9 milhão de ex-alunos está com débitos superiores a 90 (noventa) dias, dado alarmante principalmente pelo atual panorama econômico nacional e mundial.

O objetivo central do projeto de lei é ampliar as formas de negociação das dívidas decorrentes do FIES, assegurando o direito de acesso à educação, preceituado pela Constituição Federal em seu artigo 205, com as necessidades orçamentárias do país. Com a modificação das condições de pagamento, espera-se que os beneficiários do programa tenham mais tempo para e condições para evitar a inadimplência.

A ampliação nas formas de negociação das dívidas do FIES terá impacto positivos para os estudantes e para a sociedade como um todo. Com as novas condições de pagamento haverá maior adimplência e consequente preservando da reputação financeira dos alunos, além de assegurar uma maior sustentabilidade do programa em longo prazo.

O presente projeto de lei se impõe como uma medida necessária e urgente para garantir que o programa cumpra seu propósito de promover a inclusão educacional e o acesso ao ensino superior, alinhando orçamento público com demandas privadas dos estudantes, trazendo eficiência às negociações, condições justas e equitativas para contratos mais antigos, oriundos de outra conjuntura econômica pré-pandemia.





Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2023.

### Raimundo Costa

## Deputado Federal (PODE/BA)







# CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.260, DE 12 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001-	
JULHO DE 2001	0712;10260	
LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011-1026;12513	

	$\mathbf{D}$		INVEST.	$\mathbf{T} \mathbf{\cap}$
H I IVI	υO	DOCL	JIVIEN	IU